



CADERNO DE CASOS
SEMIÁRIDO BRASILEIRO





1

TERRITÓRIO:
NORTE DE MINAS GERAIS – MINAS GERAISARTICULAÇÃO ROSALINO: O DIREITO NA PRÁTICA COMO ESTRATÉGIA DE PROTEÇÃO DOS
TERRITÓRIOS TRADICIONAIS DO NORTE DE MINAS GERAISREGIÃO SEMIÁRIDA DAKI-SV:
Semiárido BrasileiroCATEGORIA PRINCIPAL:
Inovação e Organização SocialCATEGORIAS COMPLEMENTARES:
Acesso e Gestão da TerraGRUPOS IDENTITÁRIOS:
Povos Originários e Comunidades Tradicionais

1.DADOS GERAIS

1.1 RESUMO

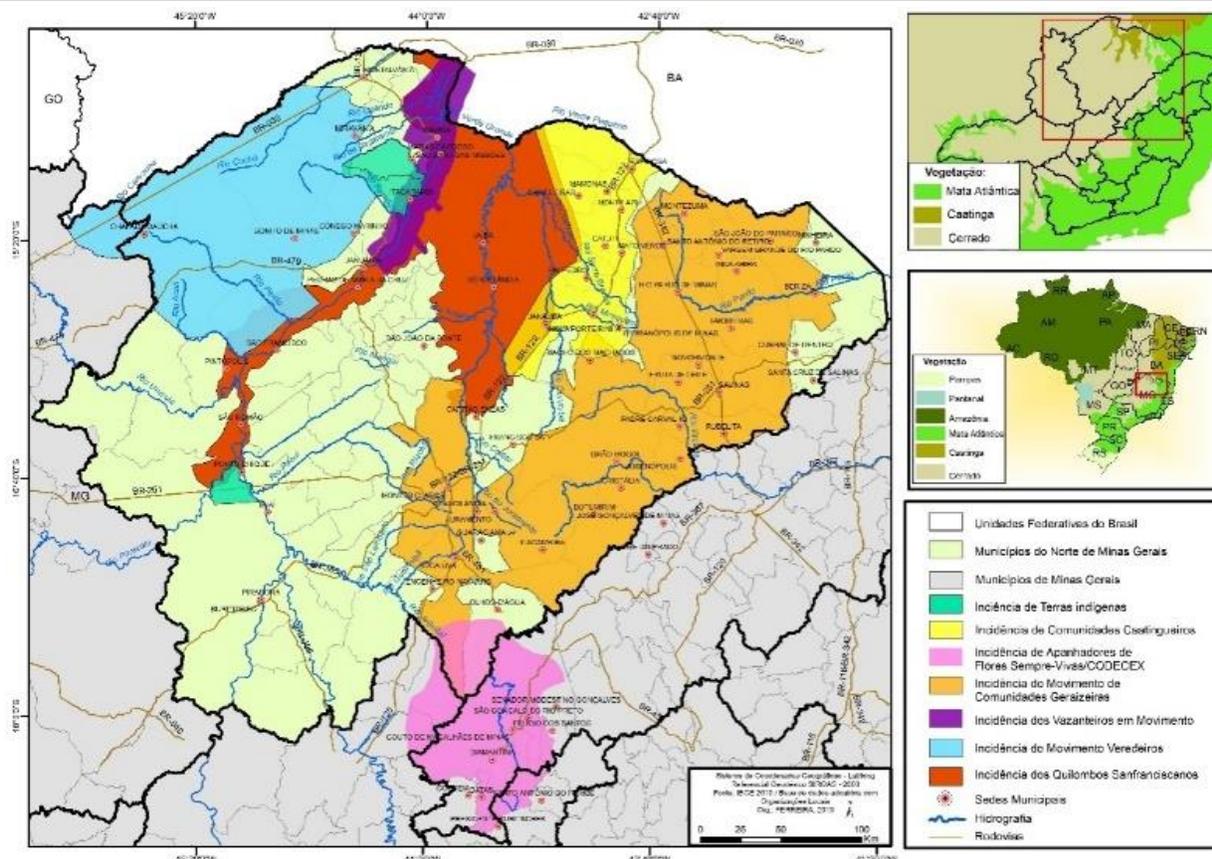
Esta sistematização analisa o processo de constituição de um movimento social nativo que emergiu no Norte de Minas Gerais e Alto Vale do Jequitinhonha e as estratégias desenvolvidas visando o reconhecimento, acesso e a proteção dos territórios tradicionais. A sistematização está focada na trajetória da Articulação Rosalino, nos Direitos Territoriais e mecanismos de incidência técnica e política de promoção do reconhecimento da diversidade sociocultural associada ao campesinato regional, assentado em modos de vida que têm como principal vetor a convivência com os ecossistemas.

A Articulação Rosalino é, atualmente, a expressão de alianças construídas e que envolvem oito grupos sociais: indígenas, quilombolas, geraizeiros, vazanteiros, caatingueiros, veredeiros, apanhadores de flores sempre-vivas e vacarianos. Buscam, através da unificação de suas lutas, manterem o reconhecimento de suas diferenças culturais e ecológicas vinculadas à defesa de seus territórios, para isso, vêm utilizando estratégias de defesa definidas por eles como o “direito na prática”. A experiência descreve a construção de distintas estratégias de proteção de seus territórios utilizando de diferentes formas de acesso ou do direito de viver na terra entendida como território tradicional, e a incidência na construção ou acionamento de diferentes legislações de reconhecimento ou proteção de seus territórios nos âmbitos municipal, estadual, federal e internacional.

1.2 PALAVRAS-CHAVE

Comunidades Tradicionais. Povos Tradicionais. Direitos Territoriais. Movimentos Sociais

1.3 LOCALIZAÇÃO



Mapa 1 - Área de incidência da Articulação Rosalino. Norte de Minas e região de Diamantina/MG.

Fonte: Dayrell, 2019 - Organizado a partir de base de dados do CAA/NM.

1.4 ATORES PRINCIPAIS

A força motora das iniciativas são as comunidades tradicionais locais, ou grupos e lideranças das comunidades **Geraizeiras, Veredeiras, Vazanteiras, Caatingueiras, Indígenas, Quilombolas, Apanhadores de flores sempre-vivas e Vacarianos**; que tomaram frente nos processos de autorreconhecimento identitário e nas lutas pela proteção do lugar onde vivem. Esses protagonistas, sustentam as ações promovidas pelas organizações que compõem a experiência, sendo estas: a Articulação Rosalino Gomes e suas “antenas”; Movimento Geraizeiro; Vazanteiros em Movimento; Movimento Veredeiros e ACEVER; CODECEX; STR de Porteirinha; STR de Rio Pardo de Minas; STR Riacho dos Machados; Coletivo de Mulheres do Norte de Minas.

As “antenas”, como será visto à frente, referem-se às lideranças de cada um dos oito povos mencionados, e que têm uma participação mais ativa na Articulação Rosalino e cumprem o papel de realizar o intercâmbio de informações entre a Articulação e as bases de cada um dos povos. Atualmente 15 “antenas” representam os oito povos sendo 07 homens e 08 mulheres.

Embora presentes em todas as iniciativas, a participação de jovens e mulheres na experiência é diferenciada. Em alguns grupos as lideranças que tomam mais à frente são homens embora, não sem tensões, as mulheres estejam juntas ou ampliando a sua participação enquanto lideranças para fora. Em outros grupos são as



mulheres ou jovens que lideram as ações ou principalmente a representação para fora. E, finalmente, em outros há um certo equilíbrio entre homens e mulheres. É evidente a crescente participação das mulheres e é reconhecido o papel desenvolvido pelo Coletivo de Mulheres do Norte de Minas neste reposicionamento tanto nas lutas quanto nas organizações. Em praticamente todas as mobilizações as mulheres estão juntas e, em alguns casos, à frente nas lutas. Têm um papel importante nos processos de resistência da articulação Rosalino.

Em alguns grupos, a juventude tem participação ativa como se pode ver nos Xakriabá, Apanhadores de Flores e Geraizeiros. A juventude vem contribuindo, de forma crescente, em particular nos espaços de comunicação, estimulados pela mobilização dos jovens comunicadores populares. A mobilização enquanto negritude é expressa principalmente nas lutas territoriais pelo direito dos povos quilombolas. Além da representação das comunidades quilombolas, é marcante a presença de comunidades negras em todos os povos envolvidos na Articulação Rosalino.

1.5 ORGANIZAÇÕES PARTICIPANTE/S

Articulação entre os povos, formação e representação junto à governos e sociedade:

- Articulação Rosalino Gomes e suas antenas;

Representação política dos oito povos: mobilizações – denúncias – formação – articulações com outros movimentos – enfrentamento, representação junto à governos e sociedade

- Movimento Geraizeiro
- Vazanteiros em Movimento
- Movimento Veredeiros e ACEVER;
- CODECEX

Representação junto aos poderes municipais: presença nas mobilizações, apoio às lutas; apoio com viagens e reuniões no município, em Montes Claros e Belo Horizonte; denúncias.

- STR de Rio Pardo de Minas
- STR Riacho dos Machados

Organizações de apoio, assessoria e pesquisa:

- CAA-NM; CIMI; CPT; Federação N'Golo; ActionAid; FETAEMG; NAC – UFVJM; NIISA/PPGDS – Unimontes; Professores e estudantes da UNB; Imagens Humanas; Lab. de geoprocessamento – PPGeo Unimontes; Universidade Kassel. Heks; CESE; Misereor; PPM; Caritas Januária; Coletivo de Mulheres do Norte de Minas; Embrapa Alimentos e Territórios; Embrapa Cerrados / Cenargen.

As ações da Articulação Rosalino não contam com financiamento externo diretamente. Porém, as entidades de assessoria como o CAA, CPT e CIMI contam com apoio externo viabilizado pela cooperação internacional como Misereor, PPM, HEKS. Recursos que são investidos em assessoria jurídica ou no acompanhamento sociotécnico aos grupos locais. Intermediado pelo CAA-NM, a Articulação Rosalino contou com o apoio de financiamento do CEPF/IEB (2020/2021) na elaboração de cinco Planos de Gestão Territorial e Ambiental (PGTAs) e de um Plano de Ação para a Conservação Socioambiental dos Hotspot Cerrado no âmbito da atuação da Articulação Rosalino.

1.6 REFERÊNCIA TEMPORAL

Linha do Tempo I

Processos sociais que resultaram na constituição da Articulação Rosalino



1992

Participação de lideranças e militantes do Norte de Minas na ECO 92 com a mobilização para colocar a conservação do Cerrado na pauta nacional. O resultado foi a articulação de organizações da sociedade civil que fundaram a Rede Cerrado;

2004

Incidência junto ao governo federal, acionando, principalmente, no Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e no Ministério do Meio Ambiente (MMA) e que resultou na criação, por decreto, da Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Tradicionais, presidida pelo MDS e o MMA como Secretaria Executiva.

2006

Em novembro de 2006, realização da 1ª Conferência Geraizeira no Assentamento Tapera em Riacho dos Machados. Neste encontro foi proposto a constituição da Comissão Regional de Povos e Comunidades Tradicionais.

2007

Publicação pelo Governo Federal do Decreto 6.040 de fevereiro de 2007 instituindo a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais.

2010

Realização do encontro denominado como “Conversa de Caboclo” com o objetivo de socializar as discussões e os encaminhamentos relacionados com a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais (Decreto 6.040 de março de 2007) e afinar a contribuição da rede sociotécnica.

2011

Realização de encontro ampliado da Comissão Regional de Povos e Comunidades Tradicionais durante as Festas de Agosto. Discutiu-se o formato da comissão e foi sugerido que ela atuasse no formato de uma rede composta por antenas que fariam o papel de articulação entre os diferentes povos e comunidades tradicionais. E, ao final, por unanimidade foi escolhido o nome de Rosalino, liderança Xakriabá que teve um papel importante na demarcação da terra indígena, para o nome da articulação: Articulação Rosalino de Povos e Comunidades Tradicionais.

2012

A Articulação Rosalino retomou ações coletivas em agosto de 2012, dias 11 a 24, com a realização do Curso de Direito Territorial no Arraial do Meio, município de Matias Cardoso.

2015

Articulação Rosalino promove encontro na sede da FETAEMG, em Montes Claros, buscando ampliar aliança com os sindicatos de trabalhadores rurais do Norte de Minas, “resgatar a memória da articulação e construir de forma coletiva os princípios e as diretrizes da Articulação Rosalino”.

Linha do Tempo II

Incidência em Políticas Públicas e/ou acionamento do “direito na prática”

2003

Elaboração e negociação do Projeto “RECONVERSÃO AGROEXTRATIVISTA: da monocultura do eucalipto para sistemas agrossilvipastoris”. Visando a recuperação de terras públicas que tinham sido arrendadas pelo governo do Estado de Minas e empresas do setor florestal/siderúrgico

2003

Autodemarcação e 1ª retomada do território geraizeiro de Vereda Funda

2004

2ª retomada do território tradicional pelos geraizeiros de Vereda Funda (posteriormente PAE Veredas Vivas), município de Rio Pardo de Minas (apoio da Via Campesina);

2010

1ª Romaria do Areião – luta para criação da RDS Nascentes Geraizeiras

2011

Autodemarcação do Território Vazanteiro de Pau Preto/Arraial do Meio;

2013

Criação do PAE Veredas Vivas através da Portaria nº 24 de 06/09/2013 na região do Alto Rio Pardo, implantado pelo INCRA, como uma forma de regularização do território tradicional.

2013

Greve de Fome e Sede em frente ao Palácio do Governo como forma de pressão para criação da RDS Nascentes Geraizeiras.



2014

Instituição da Lei N.º 21.147, de 14 de janeiro de 2014 – Política Estadual para o Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais no Estado de Minas Gerais;

2014

Em setembro as comunidades veredeiras de São Joaquim / Alegre fazem a 1ª retomada do território que depois ficou denominado como Berço das Águas

2014

Criação da RDS Nascentes Geraizeiras através de decreto de 13/10/2014 – A RDS foi instituída por Decreto da Presidência da República, promulgado em outubro de 2014.

2015

Aprovação da proposta de recategorização do Parque Nacional Sempre Vivas para Reserva de Desenvolvimento Social das Sempre-vivas pelo Conselho do Parque das Sempre Vivas, categoria essa que possibilita que as comunidades residentes e do entorno continuem a atividade tradicional de coleta de flores para a geração de renda

2015

Promulgação da Lei Municipal Nº 1.629 – denominada Lei João Tolentino –, elaborada pela comunidade Sobrado, de Rio Pardo de Minas.

2020

Constituição do 1º GIAHS no Brasil pela FAO/ONU – "Sistemas de Patrimônio Agrícola Globalmente Importantes" dos Apanhadores de Flores – Serra do Espinhaço – MG.

1.7 OBJETIVOS

O objetivo da Articulação Rosalino Gomes de Povos Tradicionais é a unificação dos povos na busca pelos direitos a: seus territórios tradicionais, à regularização fundiária, ao exercício de sua cultura diferenciada, à preservação do ambiente e à fala. Como objetivo desta sistematização, busca-se analisar as estratégias de incidência da Articulação Rosalino em torno da luta pelo reconhecimento, proteção e regularização dos territórios de comunidades tradicionais autorreconhecidas.

1.8 DESAFIO

O principal desafio enfrentando pelos povos e comunidades tradicionais é o constante ataque aos artigos referentes aos direitos sociais e territoriais garantidos na Constituição brasileira de 1988, assim como o desmonte de políticas, programas e institucionalidades responsáveis por estas pautas. As iniciativas promovidas pela Articulação Rosalino Gomes buscam enfrentar o desafio secular da regularização fundiária dos territórios dos povos indígenas, quilombolas e das comunidades tradicionais que, no Brasil, ficaram à margem das políticas agrárias. Enfrentam, ainda, o desafio das políticas ambientais verticalizadas e, também a discriminação social, cultural e econômica contra as populações rurais formadoras da nacionalidade brasileira.

1.9 DIMENSÃO RESILIENTE

Há pelo menos duas décadas, as mudanças climáticas em curso no Brasil já são percebidas pelos agricultores familiares, camponeses e povos tradicionais cujo modo de vida está vinculado às dinâmicas ecológicas dos ecossistemas onde vivem. Como os regimes agrários destas populações historicamente se desenvolveram através das interações ecológicas com os ambientes onde vivem, a compreensão de suas estratégias produtivas pode nos apontar elementos importantes de convivência com a degradação do equilíbrio climático em andamento.

A relação específica da experiência com o tema das mudanças climáticas e da agricultura resiliente ao clima está relacionada com a proteção ambiental dos territórios onde vivem as comunidades tradicionais e com as estratégias produtivas assentadas nos potenciais ecossistêmicos que diferem de lugar para lugar, de ambiente para ambiente. Os principais fatores desta experiência que contribuem para o fortalecimento da resiliência



dos sistemas e dos povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais, estão em torno de suas principais reivindicações: a regularização fundiária dos territórios onde vivem, cuja repercussão abrange as mulheres e a juventude.

2. DESENVOLVIMENTO DA EXPERIÊNCIA

2.1 CONTEXTUALIZAÇÃO

O contexto em que emergem estas iniciativas estão relacionados com a historicidade das “insurgências nativas” onde os conflitos por terra na região nunca aconteceram sem explicitação de resistências pelas populações locais, período que nos leva aos primórdios da colonização portuguesa no Brasil. Desde o início do século XX, diversas insurgências camponesas ocorreram frente às transformações socioeconômicas do norte de Minas Gerais, produzindo efeitos simbólicos significativos sobre a vida das pessoas do lugar. (DAYRELL, 2019; ANAYA & DAYRELL, 2021).

No decorrer do Século XX, na região Norte de Minas Gerais, três personagens figuram no imaginário popular como expressão destas resistências, inspirando os diversos movimentos sociais da região. Dentre elas é emblemática a história de vida de Antônio Dó, posseiro que saiu na defesa dos camponeses durante o processo de regularização fundiária de terras na região no início do Século XX. Outra referência importante foi o posseiro Saluzinho que fez enfrentamento a grandes fazendeiros no ano de 1967, no contexto do avanço das fazendas na região da Jahyba, sobre terras até então tidas como inóspitas. Cercado em uma gruta durante cinco dias por policiais militares, agentes do DOPS e milícias de fazendeiros, Saluzinho se rendeu após a tortura de sua esposa e de outros posseiros realizadas pelos agentes militares. (MOREIRA, 2010; CAMPOS, 2014).

Além de Antônio Dó e Saluzinho, outra importante referência para os grupos étnicos foi a luta empreendida pelo Povo Xakriabá, liderada pelo cacique Rosalino Gomes, entre os anos 1970 a 1980. Período de regularização fundiária realizada pela RURALMINAS, no contexto da modernização conservadora, legalizou as áreas ocupadas por grileiros e fazendeiros que vinham avançando sobre o território Xakriabá. A luta indígena culminou com o assassinato do cacique Rosalino Gomes por fazendeiros da região e no reconhecimento do território Xakriabá no ano de 1987.

A luta Xakriabá pelo reconhecimento de sua identidade étnica e o direito ao seu território regularizado é compreendida pelos demais grupos étnicos como o “direito na prática”, entendido como o acionamento do direito via institucionalidade estatal, e, ao mesmo tempo, via autonomia e ações de resistência pelo direito de viver no lugar. É a partir da inspiração da luta e das conquistas do povo indígena Xakriabá que os oito grupos étnicos do norte de Minas Gerais se unificaram politicamente em torno da Articulação Rosalino Gomes, buscando o fortalecimento de suas reivindicações e realizando estratégias articuladas ao “direito na prática”, como será visto adiante.

Os anos 1970 foram vistos por muitos dos moradores do Norte de Minas como o período da “chegada das firmas” de reflorestamento que ocuparam os planaltos, denominados regionalmente de “chapadas” e de agricultura irrigada em grande escala através da drenagem dos brejos. As chapadas dos gerais (cerrados) foram os terrenos escolhidos para a implantação dos projetos “florestais”. Esta política estava afinada com o pensamento da geopolítica dos militares que promoveram o golpe civil-militar em 1964, e em nome da segurança nacional, propugnava-se a ocupação dos espaços considerados “vazios econômicos”. Eram os casos da Amazônia e dos Cerrados.

Foi neste contexto que no final da década de 1970 e início dos anos 1980 empresas do complexo siderúrgico e de celulose expandiram sobre mais de um milhão de hectares no Norte de Minas e Vale do Jequitinhonha, com o plantio da monocultura do eucalipto e pinus nas áreas de chapadas. As comunidades tradicionais que viviam



nestas áreas não foram apenas expropriadas de seus terrenos ancestrais, mas encurraladas por cercas nas grotas onde as residências são construídas. As chapadas, consideradas como lugar sagrado em função de sua importância pela recarga dos principais aquíferos do semiárido de Minas Gerais, foram degradadas quase em totalidade. Sofreram um efeito desastroso: além do comprometimento da capacidade de recarga dos aquíferos, as areias das chapadas desceram pelas encostas e assorearam os cursos d'água.

O delicado equilíbrio hidrológico das veredas, córregos e pequenos riachos foram afetados: a vazão da água diminuiu, nascentes e brejos secaram. Em poucos anos, importantes afluentes dos rios São Francisco, Pardo e Jequitinhonha tiveram a qualidade e a quantidade de água comprometidas. O assoreamento continua até os dias de hoje, se somando a isso os inúmeros animais nativos – como bandos de ema, catetos, veados, tatus e tamanduás – que foram extintos ou enxotados para outras regiões, comprometendo de forma quase irremediável a biodiversidade e suas águas, os ecossistemas cerrados, veredas, caatingas e matas secas que predominavam no Norte de Minas Gerais.

2.2 HISTÓRICO

A luta contra a ditadura militar e pela democratização do Brasil teve como um dos principais resultados a promulgação da Constituição de 1988. No Brasil, as estratégias de resistências do campesinato frente à conflitividade territorial ganharam um novo fôlego com o processo social que, no enfrentamento à ditadura, conseguiu incorporar na constituição os princípios constitutivos de uma nacionalidade considerada multiétnica e multicultural (COSTA, 2011).

Com a Constituição Federal de 1988, o Brasil passou a reconhecer a diversidade cultural e civilizacional brasileira como constituinte e constitutiva da nação. Nela, os artigos 215 e 216 da Constituição resguardam o direito dos distintos povos formadores da nacionalidade brasileira de manutenção de sua própria cultura, cabendo ao Estado a proteção das “manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional”. (COSTA 2011).

No decorrer de suas atividades, o CAA-NM e outras organizações foram conformando estratégias de atuação na perspectiva socioambiental, descrito por Santilli (2005), a partir da ideia de que as comunidades locais, detentoras de um legado de conhecimentos e de práticas de convivência com os ecossistemas, não devem ser excluídas ou ignoradas pelas políticas ambientais ou de promoção do desenvolvimento. “De que a sustentabilidade de espécies, de ecossistemas e de processos ecológicos devem estar associadas à sustentabilidade social, reconhecendo e valorizando a diversidade cultural e os processos democráticos de uma nação” (DAYRELL, 2019 p. 94). Estes processos levaram à uma participação ativa das redes de organizações na ECO 92, e foi no âmbito do Fórum Global da Eco 92 que o primeiro documento oriundo dessa articulação – o Tratado dos Cerrados – foi publicado e as organizações envolvidas constituíram o que veio a se chamar Rede Cerrado – uma articulação da sociedade, em nível nacional, em torno da defesa do Cerrado e de seus povos (MAZZETTO SILVA, 2009).

A constituição da Comissão Regional de Povos e Comunidades Tradicionais e seu desdobramento para a Articulação Rosalino

No ano de 2004, inicia-se uma incidência no sentido de que as políticas incluíssem em seus espaços de gestão a incorporação da diversidade sociocultural brasileira que vinha emergindo a partir dos caminhos abertos pelos povos indígenas e quilombolas. Em dezembro de 2004, como resultado dessa incidência junto aos órgãos governamentais, foi criada por decreto a Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Tradicionais – CNPCT, presidida pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e o Ministério do Meio Ambiente (MMA) como Secretaria Executiva. O então diretor da Rede Cerrado Braulino, foi indicado como representante dos povos do cerrado na comissão CNPT.



Como desdobramento da participação da Rede Cerrado neste espaço, em 2006 foi proposta a realização de um encontro no Norte de Minas, com uma pauta relacionada a dois temas que estavam presentes nas movimentações em curso na região: identidade e território. Este encontro foi denominado de Conferência Geraizeira, e foi o momento em que o diretor Braulino apresentou os primeiros passos da comissão nacional na construção de uma política nacional de povos e comunidades tradicionais. Na ocasião, se avaliou que os povos tradicionais não tinham apoio político local a nível municipal e estadual, apenas do governo federal e das organizações internacionais. Para isso, há a proposta de criar uma comissão regional, e ele propõe constituir no Norte de Minas uma Comissão Regional de Povos e Comunidades Tradicionais. A partir daí, começam a se realizar encontros e reuniões da Comissão Regional, quase sempre em comunidades que enfrentavam conflitos fundiários ou socioambientais.

Em fevereiro de 2007 o Governo Federal publica o Decreto 6.040 instituindo a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais que já vinha sendo implementada a partir das contribuições da CNPCT. O representante Braulino continua socializando e debatendo os encaminhamentos de ambas comissões, Nacional e Regional, interagindo as lutas das comunidades tradicionais, bem como fortalecendo movimentos sociais nativos e a rede sociotécnica que surge em apoio à estas movimentações e que englobam ONGs, pastorais, pesquisadores e grupos de pesquisa ligados à EMBRAPA e à universidades locais.

Em outubro de 2010, foi realizado um encontro denominado de “Conversa de Caboclo” com o objetivo de socializar as discussões e os encaminhamentos relacionados com a Política Nacional. Neste encontro, se reafirmam a importância das comissões Nacional e Regional, mas se destaca o desafio de como o território geraizeiro poderia ser formalizado, e as dificuldades da educação formal em dar conta do reconhecimento deste modo de vida tradicional, e a importância dessa valorização das tradições culturais para garantia dos direitos.

“Sem a caixa e a viola o geraizeiro não se sustenta”, afirmou Elmy, liderança geraizeira, na ocasião. Seguida por Eliseu, outra liderança, que disse: “o nosso trabalho é na base, com a valorização do povo tradicional. Se descobrimos que somos povo tradicional, temos a força do nosso direito. O índio se fortalece por ser índio. Ele defende a sua reserva. Ele percebeu que precisa ser respeitado no município. Foi lá e tomou o município. Hoje são eles quem fazem, e eles administram para os índios e para os não índios. Nós temos que nos organizar melhor. Com a educação, com a política, com a segurança alimentar, com a produção de alimentos, com a defesa do território. Organizar por sermos um povo que tem uma identidade própria.”

Em 2011, frente à crescente mobilização das comunidades tradicionais e quilombolas que vinham ampliando as interações com o povo Xakriabá, a Comissão Regional passou a contar com assessoria jurídica, o que contribuiu para o encorajamento das comunidades ao darem passos mais firmes na luta por direitos. Encontravam-se em andamento diversas lutas territoriais empreendidas por indígenas, quilombolas, geraizeiros e vazanteiros, e as demandas junto à Comissão Regional cresciam a cada encontro ou reunião, relacionadas com a auto-demarcação de terras e retomadas de territórios. Foi então proposto realizar um encontro ampliado da Comissão Regional, na cidade de Montes Claros.

O Encontro foi realizado em agosto de 2011 e contou com uma participação qualificada de lideranças dos povos e comunidades tradicionais envolvidas na comissão, além da juventude que foi convocada para o debate e proposição da construção da educação étnica na região. Foi discutido o formato da comissão e foi sugerido que ela atuasse no formato de uma rede, composta por “antenas” que fariam o papel de articulação entre os diferentes povos e comunidades tradicionais. Ao final, por unanimidade foi escolhido para o nome da articulação o de Rosalino, liderança Xakriabá que teve um papel importante na demarcação da terra indígena, se tornando: Articulação Rosalino de Povos e Comunidades Tradicionais.



Posteriormente, outras representações sociais que passam a compor a articulação, como as comunidades Vazanteiras organizadas pela Vazanteiros em Movimento, e de apanhadores de flores sempre-vivas organizadas pela Comissão em Defesa dos direitos das Comunidades Extrativistas – CODECEX. A Maria de Fátima Alves, conhecida por Tatinha, é apanhadora de flores sempre vivas e atua na coordenação da CODECEX. A partir de sua fala, apresentam-se as principais características da Articulação Rosalino. Segundo Tatinha, a Articulação Rosalino Gomes de Povos Tradicionais: **“é constituída por Geraizeiros, Caatingueiros, Veredeiros, Vazanteiros, Apanhadores de flores sempre vivas, Quilombolas, Indígenas e Vacarianos. São os oito povos que constituem a articulação e têm como principal bandeira de luta, a defesa do território. A constituição, a formalização dessa articulação, ela se dá em agosto de 2010, mas entendemos que isso é só uma formalização porque o processo de luta ele é bem anterior a isso e a articulação ela surge porque esses povos começam a entender a importância de unificar a luta, mesmo tendo diferenças culturais e respeitando essas diferenças culturais, os modos de vida na tradição, mas tinha um ponto ali que era comum que é a luta pelo território, e isso aí se entende que é muito mais forte a luta quando ela é coletiva, quando tem mais povos aí na mesma luta, então a dor do outro passa a ser a minha dor e a gente entendeu nesse processo de caminhada que os problemas são os mesmos, só muda ali no território onde está cada povo”.**

Em 2015, com as crescentes ações do que passou a denominar, “direito na prática”, a Articulação Rosalino promove encontro na sede da FETAE-MG, buscando ampliar aliança com os sindicatos de trabalhadores rurais do Norte de Minas e outros movimentos sociais. O encontro teve como ponto de pauta “resgatar a memória da articulação e construir de forma coletiva os princípios e as diretrizes da Articulação Rosalino”. O NIISA sistematizou o encontro com a Carta de Princípios que passou a nortear as ações da Articulação, com os seguintes apontamentos:

Diretrizes Da Articulação Rosalino De Povos E Comunidades Tradicionais

QUEM É: Congregação de Povos e Comunidades Tradicionais do estado de Minas Gerais com diferentes tradições, culturas e etnias.

FUNÇÃO: Representar e apoiar politicamente os diferentes povos junto às diferentes esferas do governo e entre os diferentes grupos sociais.

OBJETIVOS: Unificação dos povos na busca pelo direito aos seus territórios tradicionais, à regularização fundiária, ao exercício de sua cultura diferenciada, à preservação do ambiente e à fala.

PRINCÍPIOS:

- apoiar e fortalecer as lutas dos Povos e Comunidades Tradicionais relacionadas ao acesso aos seus territórios; à regularização fundiária; à educação e saúde contextualizada; à preservação dos recursos naturais; ao respeito e valorização de suas identidades, modos de vida e cultura.
- promover o respeito às diferenças religiosas e culturais.
- conhecer a luta dos outros povos e realizar reuniões itinerantes.
- respeitar cada comunidade como ela é, sua cultura e dignidade.
- manter compromisso com as decisões coletivas da articulação.
- promover a valorização da cultura dos diferentes povos e comunidades tradicionais.
- apoiar e fortalecer as lutas dos Povos e comunidades tradicionais com a inclusão das mulheres, jovens e dos mais velhos.



- possibilitar interações e trocas entre os Povos.
- promover espaços de comunicação, visibilização e formação que possibilite autonomia para negociar, articular, ocupar espaços, afirmar e fortalecer as identidades, apoiando os grupos em suas lutas.
- fortalecer as alianças para a resistência.

Fonte: NIISA. Reunião da Articulação Rosalino de Povos e Comunidades Tradicionais do Norte de Minas. FETAEMG de Montes Claro, 21 de agosto de 2015.

A partir deste encontro as lideranças passaram a ter mais claro o papel da Articulação Rosalino, dos seus participantes e a forma de organização em redes, tendo como animadores as “antenas”, além de seus princípios norteadores. Clarearam-se também o papel das organizações de parceria, dos professores, pesquisadores e os grupos de pesquisa que atuam apoiando a articulação. Assim, diversas conquistas podem ser apontadas como resultados destas ações em rede capitaneadas pela Articulação Rosalino e pelos seus pares e que contribuem para a proteção dos territórios dos povos tradicionais, além da incidência: seja acionando políticas públicas já existentes, seja contribuindo na construção leis. É o que veremos a seguir.

2.3 DESCRIÇÃO TÉCNICA DE PRÁTICAS/PROCESSOS

“Direito na prática” e incidência em políticas públicas

As conquistas do povo Xakriabá e dos seringueiros do Acre inspiraram a movimentação de diversas comunidades camponesas na região à medida que se reconheciam como tradicionais, acionando suas identidades étnicas na luta pelo reconhecimento e pelos direitos territoriais. Durante a lutas foram acionando formas de atuar, o que passaram a denominar como “direito na prática” (ANAYA & DAYRELL, 2021).

O “**direito na prática**” afirmado pelas “antenas” da Articulação Rosalino refere-se, concomitante, ao acionamento do direito via institucionalidade pública, e ao acionamento da autonomia pelo direito de viver no lugar através de ações concretas de resistência, tal qual foram postos em prática pelo povo Xakriabá. São ações relacionadas com os processos de autorreconhecimento identitário, autodemarcação dos territórios, empates¹ com mutirões para derrubadas de cercas e fornos de carvão, paralização de desmatamentos e dos tratores, além da retomada dos territórios, ocupação e gestão dos territórios assentados nos modos de vida tradicionais (ANAYA & DAYRELL, 2021).

Dentre as estratégias do “direito na prática” podemos citar: oficinas sobre identidades, territórios, direitos e mapeamentos sociais; intercâmbios com outros grupos que estão em luta; realização de estudos, pesquisa-ação ou laudos sobre a(s) comunidade(s); autoafirmação identitária e autodemarcação dos territórios; empates; retomadas territoriais; lutas pela regularização dos territórios utilizando dos diversos ordenamentos jurídicos ou marcos legais existentes ou a serem construídos; ações de visibilidade externa como paralizações, greves de fome e de sede; além do acionamento de ações judiciais protetivas, que as lideranças passaram a denominar como “empates jurídicos”.

Em relação a construção, acionamento e **incidência em políticas públicas**, apesar de alguns avanços, o maior desafio da Articulação Rosalino continua sendo em relação a ativação dos marcos legais, em retirar do papel e se avançar na democratização do acesso à terra, com o efetivo reconhecimento e inclusão da diversidade

¹ Os empates são ações de ativismo político, que surgem do movimento seringueiro em prol da preservação da floresta amazônica. “Nessas manifestações, os ativistas defendem a mata organizando os chamados ‘empates’: correntes de pessoas com as mãos dadas em torno da área a ser devastada e assim impedem o seu desmatamento” (Verbete “empate” em [Wikipédia](#). Acessado em 03/2022).



sociocultural brasileira. Ainda assim, as ações da Articulação reúnem exemplos de conquistas, como veremos adiante. Primeiramente, como já citado, o representante da Rede Cerrado esteve presente e contribuiu com o processo que desencadeou no Decreto 6.040/2007 que instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais;

Posteriormente, a Articulação Rosalino Gomes de Povos Tradicionais teve um papel ativo na construção da Lei Estadual N.º 21.147/2014 que instituiu a Política Estadual para o Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais no Estado de Minas Gerais. A lei foi estruturada em 10 artigos, que dispõem sobre os conceitos de povos e comunidades tradicionais, territórios tradicionais ocupados e desenvolvimento sustentável; os objetivos; as diretrizes; sobre a identificação e discriminação das comunidades tradicionais para fins de regularização fundiária; os instrumentos de implementação da política estadual; estabelece a criação de um órgão ou comissão para a implementação da política; e versa também sobre a participação coletiva e plural, com paridade entre Estado e povos e comunidades tradicionais, para debater o conteúdo da política. A lei foi regulamentada pelo Decreto 47289, de 20/11/2017, onde foram instituídos os procedimentos para: I – reconhecimento formal da autoafirmação identitária dos povos e comunidades tradicionais; II – identificação, discriminação, delimitação e titulação dos territórios tradicionalmente ocupados por povos e comunidades tradicionais; III – mapeamento dos povos e comunidades tradicionais.

Outra legislação inovadora foi a Lei municipal no 1.629/2015, denominada Lei João Tolentino, elaborada pela comunidade geraizeira de Sobrado, de Rio Pardo de Minas. A lei dispõe sobre o reconhecimento da Comunidade Tradicional Geraizeira de Sobrado e a proteção do seu território e seu modo de vida, tidos como patrimônio cultural material e imaterial sujeito a salvaguarda, proteção e promoção. Foram 12 anos de muita mobilização e luta em Sobrado para que a reivindicação dos moradores virasse Lei Municipal. Com a garantia jurídica, foi possível proteger o território e o modo de vida local, vistos como patrimônio material e imaterial.

Entre os marcos legais, merece destaque a luta empreendida pelas comunidades de Apanhadores de Flores Sempre-vivas que obteve o reconhecimento internacional do seu sistema agrícola tradicional. Foi o primeiro GIAHS no Brasil instituído pela FAO/ONU que reconheceu como "Sistemas de Patrimônio Agrícola Globalmente Importantes" dos Apanhadores de Flores – Serra do Espinhaço – MG.

Abaixo analisaremos os casos de defesa dos territórios a partir de cada um dos oito povos articulados através da Articulação Rosalino, a fim de retirar aprendizagens e conhecer sobre o acionamento de políticas e direitos.

2.4 ETAPAS DE IMPLEMENTAÇÃO

Resistência e luta geraizeira

Segundo Dayrell (1998):

“os geraizeiros são os habitantes dos gerais. Desenvolveram a habilidade de cultivar às margens dos pequenos cursos d’água uma diversidade de culturas como a mandioca, cana, amendoim, feijões diversos, milho e arroz. Além das aves, o gado bovino e mesmo o suíno eram criados soltos, até em período muito recente, nas áreas de chapadas, tabuleiros e campinas de uso comunal. E são nestas áreas, denominadas genericamente como gerais, que vão buscar o suplemento para garantir a sua subsistência: caça, frutos diversos, plantas medicinais, madeiras para diversos fins, mel silvestre, etc. Os produtos que levam para o mercado – farinha de mandioca, goma, rapadura, aguardente, frutas nativas, plantas medicinais, artesanato – refletem o ambiente, o modo de vida, as possibilidades e potencialidades dos agroecossistemas onde vivem” (DAYRELL, 1998 p. 74).

No caso dos geraizeiros, o impacto mais significativo aos seus modos de vida esteve relacionado com os programas Polos Florestais, implementados entre os anos 1970/1980, com a alienação ou cessão, em forma de



arrendamentos, de terras públicas onde viviam secularmente. As terras arrendadas ou alienadas quase sempre eram as áreas de cerrado, nelas, empresas ligadas ao setor siderúrgico receberam recursos vultuosos para o plantio em larga escala de monoculturas de eucalipto e pinus, com contratos de arrendamentos de 21 a 25 anos de duração. As comunidades geraizeiras, impactadas por tais projetos, ficaram encurraladas nas grotas, impedidas de continuarem com a prática da coleta de frutos, lenha, plantas nativas ou da solta dos animais. Além disso, em poucos anos as nascentes e pequenos córregos secaram. Muitas famílias abandonaram suas residências, mudando para vilas e povoados, passando a trabalhar como “boias frias” nas empresas de reflorestamento, outras continuaram resistindo.

Sobre este tema, um importante caso é do **PAE-Veredas Vivas**, no qual a comunidade de Vereda Funda conseguiu a destinação das terras que tinham sido expropriadas de volta a comunidade, pela empresa reflorestadora (*conheça mais sobre o caso na sistematização Retomada do território tradicional e reconversão agroextrativista: os Geraizeiros de Vereda Funda, na [Coleção de Experiências DAKI-Semiárido Vivo](#)*). No entanto, como exemplo da luta geraizeira tomaremos como referência o caso RDS Nascentes Geraizeiras,

Ação de repercussão significativa na luta pela proteção dos territórios geraizeiros no Alto Rio Pardo, **o caso da RDS Nascentes Geraizeiras**, em 2003, contou com a mobilização das comunidades dos municípios de Rio Pardo de Minas, Vargem Grande do Rio Pardo e Montezuma, que passaram a empreender uma luta pela conservação das chapadas do Areião – Vale do Guará. Segundo Mazzeto Silva (2007) após a chegada da firma, duas comunidades articuladas pelo STR se juntaram e fizeram uma manifestação em frente ao fórum que deu resultado, e acabou embargando o desmate.

A partir daí as comunidades foram ampliando a mobilização em torno da chapada, o que contou com o apoio ativo dos sindicatos de trabalhadores rurais da região e do CAA-NM, e que resultou na proposta de criação de uma Reserva Extrativista (RESEX) a ser implementada, com área estimada em 40 mil ha. Prosseguiram com o envio da solicitação ao órgão responsável (ICMBio) e passaram a monitorar para que nenhuma empresa iniciasse o desmatamento na região dos três municípios. Em 2007 o ICMBio inicia os relatórios socioeconômicos e ambientais, momento no qual foram definidos os primeiros limites abrangendo 47.787 há, 15 comunidades e 543 famílias beneficiárias, mas a pressão das empresas carvoeiras e de plantio do eucalipto ainda era muito forte.

Com a demora na implantação da RESEX, as comunidades passaram não apenas a promover o empate, mas criaram uma comissão de gestão da RESEX, utilizando o termo “RESEX na prática”, contando com assessoria jurídica e técnica e envolvendo outras instituições governamentais como o NIISA/Unimontes e EMBRAPA Cerrado, e estudaram a legislação que regula a criação de unidades de conservação. Nesse processo, redirecionam a proposta para criação de uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável – RDS, categoria que se aproximava mais do modo de vida dos geraizeiros, principalmente pela tradição do uso da solta dos animais criados em regime de transumância.

Em 2010, o cenário era de crescente pressão das elites sobre as lideranças da comunidade para voltarem atrás, associado com a desmobilização em função da demora do governo na criação da unidade. Nesta ocasião, uma das anciãs do território relata uma visão que teve através de um sonho, onde foi orientada a construir um santuário em honra ao São Francisco em um determinado lugar do Areião. Foi desta visão que saiu a proposta das comunidades para fazerem uma romaria, que aconteceu no dia de São Francisco, em 2010 ([clique aqui para acessar o vídeo e conhecer mais sobre a Romaria do Areião](#)). A partir desse episódio, as comunidades tomaram novo ânimo na resistência. E, em junho de 2013, organizaram juntamente com a Articulação Rosalino uma ação em Brasília: uma greve de fome e sede em frente ao Palácio do Governo Federal.



O governo recebeu os manifestantes e o resultado foi o a criação da RDS Nascentes Geraizeiras instituída por Decreto da Presidência da República, promulgado em outubro de 2014. Este contexto de mobilização em torno do “direito na prática”, iniciado em 2003, estendeu-se para diversas outras comunidades geraizeiras, como a do Moreiras em Rio Pardo no ano de 2013, Vale das Cancelas em Grão Mogol em 2015, e na comunidade geraizeira de Jacu, em Rubelita em 2019.

Resistência Vazanteira e Quilombola

Segundo os estudos realizados sobre os vazanteiros, os seus sistemas agrícolas estão associados às dinâmicas do rio São Francisco que, com seus ciclos de cheias e secas, conformam a territorialidade das comunidades vazanteiras. São comunidades cuja origem remonta ao tempo dos índios e a seus modos de usar e se relacionar com o rio. Deles, herdaram o transporte em canoas, a pesca e a lavoura de vazante. Atividades que se tornaram fundamentais para os colonizadores portugueses no século XVI, seja no tráfego pelo rio seja no fornecimento de víveres para os trafegantes e, depois, para a implantação das fazendas de gado nas imediações.

Estas comunidades deram uma enorme contribuição ao processo de ocupação colonial, garantindo alimentos aos núcleos urbanos que foram se formando ao longo do rio e também às regiões de mineração durante o período colonial. Suas estratégias produtivas estão assentadas no conhecimento profundo dos ecossistemas locais e das dinâmicas de cheia e seca do rio São Francisco. Vivem da pesca nas lagoas e no rio, da produção agrícola realizada nas vazantes (após as grandes cheias), além da criação animais nos quintais e nas áreas de solta, além da coleta extrativista de frutas, lenhas, madeira e plantas medicinais. Assim suas áreas conseguem produzir quase o ano inteiro, como pequenos oásis em meio à vastidão das caatingas e dos cerrados.

Com o processo de modernização da agricultura, as grandes fazendas foram expropriando estas comunidades para as ilhas do rio São Francisco ou para o confinamento em estreitas faixas de terra ao longo de suas margens. A principal expressão da resistência vazanteira e quilombola das comunidades ribeirinhas do São Francisco, está associada com os processos de expulsão e resistência das famílias tradicionais que viviam nas terras altas para as margens e ilhas do rio. Posteriormente, a lei ambiental impeditiva do cultivo tradicional das vazantes e ilhas e a implantação Parques Estaduais em Matias Cardoso e Manga (a partir 1998, como compensação ambiental do projeto Jaíba).

O caso do Território Vazanteiro de Pau Preto é um exemplo dessa resistência. A comunidade tem como referência a árvore Braúna (*Schinopsis brasiliensis*), conhecida popularmente como Pau Preto e que é encontrada ainda em relativa abundância nas imediações onde o rio Verde Grande, município de Matias Cardoso, extremo norte de Minas Gerais. Faz referência também à ilha de Pau Preto, na qual muitas famílias foram confinadas após os conflitos territoriais com fazendeiros que culminaram em sua expulsão.

Estas comunidades foram expropriadas pela primeira vez entre as décadas de 1960 /1970, com os seus moradores sendo expulsos e as terras sendo regularizadas pelo Estado, com o desmatamento das várzeas e implantação de grandes projetos agropecuários e agroindustriais financiados pelo Governo Federal. As famílias, paulatinamente, foram retornando e passando a ocupar as vazantes da Ilha do Pau Preto. A partir dos anos 2000 começam a sofrer novas ameaças, mas, agora, referentes às compensações ambientais exigidas pelos organismos de financiamento dos projetos implementados, pelo desmatamento ocorrido através da abertura de extensas áreas de mata seca. Foi quando criaram o Parque Estadual Verde Grande, em 1998, dentro de uma estratégia de reordenamento ambiental, que acabou por criminalizar os modos de vida dos vazanteiros. Sendo assim, a primeira ameaça “encurralou” as comunidades nas estreitas faixas ao longo do rio ou nas ilhas, a segunda, transformou as áreas onde viviam em parques ou áreas de preservação permanente - APPs, como nos informa Anaya (2014).



As lideranças da comunidade de Pau Preto, vendo-se na iminência de serem transferidos ou desapropriados pelo governo do Estado em função da implantação do Parque Estadual Verde Grande, solicitam aos parceiros assessoria no processo de negociação com o Instituto Estadual de Florestas. Como estratégia, se direciona a realização de um estudo exploratório que apontasse a viabilidade de conciliação da preservação ambiental proposta, com a criação do Parque e a permanência dos moradores nas imediações. A partir de março de 2007, foi elaborada uma primeira proposta para que a área tradicionalmente utilizada pelos vazanteiros fosse transformada em uma Unidade de Conservação de Uso Sustentável, categorizada também como RESEX.



Mapa 2 - Mapa falado da Comunidade de Pau Preto – Fonte: Anaya, 2010

Entre os anos de 2008 até 2010 foram realizados diversos momentos de negociação com os poderes públicos e também novos estudos e pesquisas demandadas pela comunidade, no sentido de qualificação de uma proposta de uso e ocupação dos terrenos de acordo com a lógica vazanteira. Seguindo as experiências das comunidades geraizeiras, no ano de 2011 os vazanteiros realizam a retomada do território com ocupação da Fazenda Catelda, cujas instalações foram assentadas sobre a antiga comunidade de Arraial do Meio. Junto com a retomada, realizam também a autodemarcação do território, e fazem a opção por um novo modelo de regularização, como Projeto de Assentamento Agroextrativista.

A partir da retomada, passam a ter um controle relativo sobre o território, e a debater propostas para um plano de gestão do território, dando continuidade a negociação para titulação definitiva. Finalmente, já sob a vigência da lei estadual de desenvolvimento sustentável dos povos tradicionais (Lei n.º 21.147/2014), os vazanteiros encaminham a ata de autorreconhecimento enquanto comunidade tradicional à Comissão Estadual de Povos e Comunidades Tradicionais. Novamente, com a demora do retorno do governo do Estado e da União na regularização do território, a comunidade que até então ocupava a área em forma de acampamento, decide organizar a distribuição das famílias conforme a proposta construída de uso e ocupação do território. A área total utilizada e manejada pelas famílias é de 6.110 ha, distribuídas entre as cinco unidades agroambientais.

A autodemarcação e Gestão do Território Tradicional dos Vazanteiros de Pau Preto refere-se a uma ação empreendida pelo “Vazanteiros em Movimento” com o objetivo de pressionar o Governo do Estado e Federal a reconhecerem as comunidades vazanteiras como detentoras de um modo de vida de convivência com o rio São Francisco. Objetivou também recuperação, na prática, do território da comunidade e a elaboração de um plano gestão de uso e ocupação dos etnoambientes que foram a base para uma proposta de recategorização de uma parcela do Parque Estadual Verde Grande como um projeto de assentamento agroextrativista. O Território Vazanteiro de Pau Preto tomou nome de Arraial do Meio em função da comunidade que aí existia com o histórico de pelo menos 400 anos.

Resistência dos povos Veredeiros

No Norte de Minas, a maior parte das comunidades que se afirmam de veredas ou veredeiras encontram-se localizadas na margem esquerda do rio São Francisco, na unidade geomorfológica denominada de Planaltos Sanfranciscanos (JAKOMINE, 1979). Estão distribuídas em 15 municípios, cuja área total é de 4.040.534,55 ha (DAYRELL, 2019). O Movimento Veredeiros promove a articulação entre as comunidades de veredas distribuídas em 9 dos 15 municípios, localizados no Norte de Minas, além de um município do Noroeste de Minas (Formoso), tendo como área de incidência 17.120,58 km². (DAYRELL, 2019).

As famílias desta região viveram um contexto de expropriação pelo complexo florestal siderúrgico brasileiro apoiado por políticas governamentais estaduais e federal. Perderam extensas áreas de terras de chapadas e de brejos, áreas que eram utilizavam para o cultivo, solta dos animais e coleta de frutos e plantas medicinais. Sofreram também com a implantação projetos de drenagem das veredas para plantio de lavouras irrigadas, com a plantação de monocultura de eucalipto nas áreas de chapadas, ambientes fundamentais ao equilíbrio hídrico dos córregos que abastecem as localidades onde vivem. Hoje, estas áreas encontram-se totalmente secas, mesmo na época das chuvas.

O Caso dos Veredeiros inicia neste contexto, quando no final da década de 1970 e início dos anos 1980, as Empresas Plantar e Metalur (posteriormente Grupo RIMA) chegam até a região comprando direitos, cercando extensas áreas de “soltas” que totalizaram cerca de 60 mil hectares, sendo que obtinham certificado de pouco mais que dois mil ha. Na Vereda do Buriti Grosso, a Metalur drenou cerca de 3.000 ha de brejos para cultivos agrícolas; além disso, tratores de esteira com correntões desmataram outros 10.000 ha para carvoejamento e posterior plantio da monocultura do eucalipto. As inúmeras comunidades que viviam e dependiam das águas que daí brotavam, e que abasteciam os córregos do Buriti Grosso, Pindaibal, Jabuticaba, Capoeirão e Tamboril, foram imediatamente afetadas.

Os rios Pandeiros e Pardos, importantes afluentes do rio São Francisco, perderam não apenas uma área significativa de recarga de seus aquíferos, mas também, de imediato, receberam um volume estimado em cerca de 10 milhões de metros cúbicos de terra e areia, assoreando veredas e córregos. Este assoreamento continua até os dias de hoje (2021), em um volume inestimável. Além disso, inúmeros animais silvestres foram extintos ou enxotados para outras regiões, além de uma extensa fauna e flora, comprometendo de forma quase



irremediável a biodiversidade e suas águas, os ecossistemas cerrados e veredas da margem esquerda do rio São Francisco.

As comunidades afetadas não ficaram paradas, e após em 2008 a Empresa do Grupo Plantar ser denunciada por crimes ambientais, em 2011, foi chamada a celebrar um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) junto ao Ministério Público, em compensação aos danos constatados, especialmente erosão e assoreamento de veredas localizadas em áreas de antigos projetos florestais. O TAC evoluiu para a proposta de criação de uma Unidade de Conservação (UC) de uso sustentável. Frente à morosidade do processo de negociação, em 2014 o Movimento Geraizeiro apoiou a retomada da área de 12.000 ha por cerca de 130 famílias das comunidades de Barra do Pindaibal, Poções, Brejinho, Capoeirão, Barra do Tamboril, Cabeceira de Mocambinho e Capivara.

Nesse processo demarcaram o Território Veredeiro Berço das Águas/Alegre, com área de 11.657 ha, parte dele em negociação com a empresa Plantar. Entretanto, com as mudanças internas nos órgãos responsáveis, houve um grande retrocesso na proposta que estava sendo costurada entre a empresa, Ministério Público e os Vereadores. Apenas em 2020, os diálogos foram retomados no sentido de viabilizar a destinação da área à gestão pelos veredeiros, então organizados na ACEVER – Associação Central das Comunidades Veredeiras.

Em 2018, as comunidades elaboraram um Plano de Enfrentamento às Mudanças do Tempo com o intuito de sensibilizar o poder público para ações estruturantes para o grave contexto de fragilidade ambiental em que passaram a viver. Embora com a negociação esteja parada, os veredeiros organizados pela ACEVER fazem o monitoramento da área, impedindo desmates ilegais, queimadas e invasões de terceiros. Em 2021, elaboraram um plano de gestão territorial e ambiental como referência para a regularização e ocupação do terreno. Além disso, fizeram uma ampla mobilização envolvendo 27 comunidades organizadas em 10 grupos, visando o registro internacional enquanto TICCAS – Territórios e Áreas Protegidas por Povos e Comunidades Tradicionais.

Lutas pela Serra Sempre-Viva

Na porção meridional da Serra do Espinhaço, em um ambiente de biomas de Cerrado mesclado com a Mata Atlântica, encontramos as Comunidades Apanhadoras de Flores Sempre-Vivas. Foi no processo de enfrentamento à expropriação promovida pelo ICMBio com a criação do Parque Nacional Sempre Vivas, no ano de 2002, que essas comunidades se constituíram como categoria que teve como referencial o modo de vida das famílias que têm a tradição da coleta extrativista de flores, e outros produtos não madeireiros nas áreas de campos da Serra do Espinhaço (MONTEIRO, 2011). Elas são possuidoras de um modo de vida em estreita relação com o rico patrimônio agrícola e biocultural em uma paisagem singular manejada: de campos rupestres que podem atingir altitudes de 1.400 m (MONTEIRO et al, 2019).

Pressionados pela agenda ambiental, as áreas de manejo dessas comunidades tornaram-se objeto de cobiça, consideradas como áreas intocadas ou de pouca alteração antrópica, a despeito de uma história de ocupação que pode nos levar aos antigos caçadores-coletores. Diversas unidades de conservação foram criadas como o Parque Nacional Sempre-Vivas e o Parque Estadual do Rio Preto, ampliando os conflitos vivenciados pelas famílias das comunidades tradicionais que aí vivem (MONTEIRO, 2011).

O caso das comunidades de Apanhadores de Flores Sempre-vivas, segundo Favero e Monteiro (2021), começou em 2007 com a movimentação que desencadeou a criação da CODECEX, de manifestações de apanhadores(as) de flores sempre-vivas pelas ruas da cidade de Diamantina, como ação responsiva à proibição da coleta no interior de parques naturais que foram criados sobrepostos às suas terras ancestrais, gerando tensões e revoltas. Naquele ano, o órgão competente (ICMBio) havia intensificado ações no sentido da implantação do Parque Nacional e estes processos levaram as comunidades a criar uma comissão para lutar pela



defesa dos seus direitos, no ano de 2010. A comissão foi denominada pelos presentes na reunião de Comissão em Defesa dos Direitos das Comunidades Extrativistas (CODECEX).

Em 2012, as comunidades que compõem a CODECEX foram convidadas para participar de um Curso sobre Direitos Territoriais de Povos e Comunidades Tradicionais, realizado na Comunidade de Pau Preto, município de Matias Cardoso. A partir deste encontro as lideranças da CODECEX passaram a interagir constantemente com a Articulação Rosalino Gomes de Povos e Comunidades Tradicionais do Norte de Minas, que se formava. Passaram a participar da Articulação Rosalino, acessar informações e a ocupar espaços de luta pelos direitos dos povos e comunidades tradicionais no país.

Em 2014, uma delegação da Articulação Rosalino esteve presente na Audiência Pública da Comissão de Direitos Humanos da ALMG, realizada em Diamantina, no sentido de apoiar e fortalecer esse momento de luta dos(as) apanhadores(as) de flores sempre-vivas. Em seguida, foi a vez dos(as) apanhadores(as) contribuírem com a luta dos geraizeiros pelo RDS Nascentes Geraizeiras, que realizou uma greve de fome e sede que durou 36 horas, na qual duas lideranças da CODECEX participaram ativamente apoiando a luta dos geraizeiros (FAVERO & MONTEIRO, 2021).

Uma das lutas das comunidades de Apanhadores de Flores é a recategorização do Parque Nacional Sempre Vivas para Reserva de Desenvolvimento Social (RDS). Através de incidência política, a CODECEX conseguiu que fosse constituído um Grupo de Trabalho para apontar saídas para o conflito com o parque. No dia em que o GT apresentou a proposta de recategorização, a Articulação Rosalino organizou um ônibus com lideranças geraizeiras que estiveram presente neste evento. O Conselho acolheu o relatório e aprovou por ampla maioria a moção de apoio à proposta de recategorização do parque para RDS. E, em 2017, na luta para que as comunidades pudessem retornar com as atividades de coleta de flores sempre-vivas nas campinas que tinham sido abrangidas pelo Parque, a Articulação Rosalino organizou um ônibus de jovens guerreiros do Povo Xakriabá, que saiu de São João das Missões e completou as vagas com representantes dos vazanteiros, geraizeiros e quilombolas. Depois de mais de 10 anos impedidos de realizarem a panha (coleta) de flores, neste dia partindo



Figura 1 - Festa da Panha de flores, Comunidade de Macacos. Fonte: CODECEX, 2017

da comunidade de Macacos, uma das mais fragilizadas, foi feito um mutirão dos povos para a “panha” de flores. Em seguida, fizeram uma celebração entre os povos no centro da campina.

Além das ações locais de incidência na defesa do acesso ao território, no âmbito do estado e a nível nacional, em 2018 a CODECEX realizou uma articulação e preparação para se candidatar o Sistema Agrícola Tradicional dos Apanhadores de Flores como um Sistema Importante do Patrimônio Agrícola Mundial (GHAS) junto à FAO. Finalmente, em março de 2020 as lideranças receberam das mãos do Representante da FAO no Brasil o reconhecimento como Sistema Importante do Patrimônio Agrícola Mundial, na capital Brasília, com presença de representantes do Governo Federal, governo do estado de Minas Gerais e das prefeituras municipais de Diamantina, Buenópolis e Presidente Kubistchek (FAVERO & MONTEIRO, 2021).

2.5 RECURSOS NECESSÁRIOS

Os recursos investidos estão muito relacionados com a capacidade de mobilização social de cada um dos grupos. Recursos externos investidos referem-se ao apoio que organizações de representação – Ongs, pastorais e grupos de pesquisa – disponibilizam para viagens, reuniões, encontros e intercâmbios. Outro recurso demandado é a assessoria jurídica e técnica, elaboração de laudos, notas técnicas, ou relatórios antropológicos e ambientais, que muitas vezes estão relacionados com o suporte de projetos de pesquisa de média duração.

A Articulação Rosalino não tem fonte de recursos próprias, mas sim aciona recursos das organizações de sua rede sociotécnica. As fontes de financiamento foram recursos disponibilizados por sindicatos de trabalhadores rurais, projetos de instituições de ensino, pesquisa e extensão, além do apoio financeiro de instituições de cooperação nacional e internacionais.

2.6 RESULTADOS E IMPACTOS

O primeiro aspecto a destacar é que a Articulação Rosalino Gomes de Povos Tradicionais emerge como reação à uma longa história da conflitividade pela terra, presente não apenas no Norte de Minas, como em todo o semiárido brasileiro. Uma reação cujo principal substrato é aliança entre os povos na luta pela terra e pelo território, com estratégia que tem como principal vetor os intercâmbios e realização de ações conjuntas em interação com redes sociotécnicas.

As lutas pelo reconhecimento de suas identidades e proteção de seus territórios vem promovendo repercussões significativas nas comunidades, na relação com outros movimentos sociais, com poderes públicos incluindo o legislativo e executivo municipal, estadual e federal: leis municipais e estaduais foram elaboradas e regulamentadas, incidência que avançou no campo internacional ampliando interações com organismos internacionais como a FAO e o PNUD.

Os casos apresentados nesta sistematização nos apontaram um esforço de acionar distintas formas de regularização do território, porém todas assentadas no reconhecimento dos seus modos de vida, e de construção de políticas públicas municipais que reconheçam esta diversidade. Analisando a Tabela 1 abaixo – onde são apontados os dados dos sete casos apresentados –, vemos que do total de 195.582,74 ha demandados para regularização, as lutas empreendidas conseguiram a regularização de 43.519,27 ha, o que representa 22%, e que, ainda, as comunidades se encontram em luta pela regularização de outros 152.063,47 ha (78% do total).

Embora não regularizados, nos territórios dos Veredeiros Berço das Águas, Vazanteiros do Pau Preto, Geraizeiros de Raiz, e dos Apanhadores de Flores (no interior do PARNA Sempre-Vivas), as famílias mantem algum tipo de gestão sobre os mesmos, cultivando, soltando os animais, ou promovendo a coleta; embora parte deles esteja ainda em demanda, essa gestão só foi possível pela mobilização e seu reconhecimento.



Território	Municípios	Demandado	Regularizado	A Regularizar
		ha	ha	ha
Veredeiro Berço das Águas	Januária	11.688,00		11.688,00
Vazanteiro do Pau Preto	Matias Cardoso	6.110,00		6.110,00
Quilombola da Lapinha	Matias Cardoso	7.720,00	30,00	7.690,00
Geraizeiro de Raiz	Rio Pardo de Minas	2.827,00	406,00	2.421,00
PAE Veredas Vivas	Rio Pardo de Minas	4.906,00	4.906,00	
RDS Nascentes Geraizeiras	Rio Pardo Montezuma e Vargem Grande	38.177,27	38.177,27	
RDS Apanhadores de Flores	Diamantina	124.154,47		124.154,47
TOTAL		195.582,74	43.519,27	152.063,47
%		100%	22%	78 %

Tabela 1 – Dados sobre regularização de terra dos casos apresentados
 Fonte: elaborado para sistematização DAKI-SV.

Analisando o conjunto das experiências, podemos afirmar que o “direito na prática” se assenta na atuação direta de grupos locais junto às comunidades e/ou núcleos de famílias organizados com ações de formação, assessoria técnica ou jurídica. As ações de formação de lideranças de base se dão principalmente através dos intercâmbios entre os grupos que estão em luta, facilitados pela Articulação Rosalino. Outro aspecto importante é a participação em eventos que são organizados pelas próprias organizações locais ou pelos parceiros junto com os grupos étnicos – conferências e encontros dos grupos étnicos (conferências geraizeiras, encontros dos vazanteiros, encontros dos veredeiros; encontros dos guardiões e guardiãs da agrobiodiversidade) além de eventos fora como colóquios, seminários ou congressos que ocorrem no âmbito municipal, regional, nacional ou mesmo internacional.

Não citadas diretamente, mas merece registrar a importância das atividades de formação direcionadas aos jovens, como o Programa de Formação de Jovens em Agroecologia do CAA, e o Programa Jovens Comunicadores, através de uma ação de formação e de documentação empreendida por comunicadores populares em associação com João Roberto Ripper por quase duas décadas, através do Imagens Humanas. Em todos os casos analisados, temos registros de fotografias e videodocumentários que são utilizados não apenas para divulgação para fora, como para sensibilização das próprias comunidades.

Podemos afirmar que a experiência mobilizada pela Articulação Rosalino Gomes de Povos Tradicionais vem promovendo o reconhecimento da diversidade sociocultural associada ao campesinato em lutas que tem como objetivo a regularização fundiária reconhecendo a diversidade de modos de vida relacionados com convivência com os ecossistemas. Mostra também a importância do exercício “na prática” dos direitos relacionados com legislações em vigor ou em construção.

2.7 MECANISMO DE VALIDAÇÃO DA EXPERIÊNCIA

Há um reconhecimento na rede sociotécnica em torno da Articulação Rosalino acerca das estratégias de luta promovidas pelas comunidades que compõem a Articulação. Ações que para serem promovidas, dependem da mobilização social local e de base, e que o processo de reconhecimento identitário fortaleça a autoestima dos envolvidos, a partir do que são. Há um reconhecimento também acerca da importância de que as ações práticas



de luta na defesa do lugar tenham o respaldo jurídico ou que sejam capazes de fazer interlocução com as legislações dos diversos âmbitos, inclusive os da esfera internacional. Outro reconhecimento é que os intercâmbios são instrumentos importantes nos processos de formação e de informação.

A luta que se trava nas comunidades a partir das identidades, é atravessada por questões de classe e de gênero, de vínculos de poder com as elites, ou do autoritarismo e patriarcalismo presente na sociedade como um todo, encontra em alguns lugares máfia associada aos grupos econômicos ligados ao carvão, mineração e grilagem de terra que desestruturam muitas das mobilizações.

3. ANÁLISE DA EXPERIÊNCIA

3.1 INOVAÇÃO E/OU PROCESSOS DE APRENDIZAGEM INOVADORES

A inovação está relacionada às ações e processos empreendidos por comunidades tradicionais na luta pela terra, e à emergência desses movimentos sociais nativos, que atuam baseados em suas lógicas próprias de ação e de compreensão do mundo. No caso, a luta pelo “direito na prática” tem suas origens na luta empreendida pelos Xakriabá e pelos seringueiros do Acre e, posteriormente da Amazônia como um todo através do Conselho Nacional das Populações Extrativistas – CNS, ações que foram conhecidas e apropriadas a partir de intercâmbios que ocorreram em diversos momentos. Esses conhecimentos foram enriquecidos a partir de diversas contribuições, como a da Via Campesina ou, em particular, aos processos de assessoria jurídica, técnica e científica aportada pela rede sociotécnica envolvida no apoio à Articulação Rosalino.

3.2 FATORES DE ÊXITO

As ações de luta pela terra a partir da noção de território, trazem para a cena como aspectos de êxito:

- O cuidado com o lugar, com as águas, com os guardiões da memória e dos saberes;
- As visitas e encontros de intercâmbios;
- Os encontros e conferências que são realizados de forma alternativa nas próprias comunidades;
- Os cursos de formação de jovens comunicadores populares, paralelamente aos encontros e conferências, com produção de fotografias, reportagens ou videodocumentários;
- Exposições de produtos e apresentações culturais.

3.3 LIMITAÇÕES

Entre os desafios e limites identificados na luta pelos direitos territoriais, um deles se refere ao processo de autoafirmação identitária. Verifica-se que a comunidade só avança na mobilização quando a maioria dos seus membros se autoafirma como tradicionais, compreendendo o seu significado. Este processo é sempre diferenciado de comunidade para comunidade, e acontece de, às vezes, um membro influente da comunidade não assumir a identidade, e, por conseguinte, interferir nos processos de luta.

Outro aspecto que é muito discutido refere-se à noção de território que as comunidades possuem. Eles são diferenciados de comunidade para comunidade, e nem sempre as famílias estão de acordo sobre as definições relativas à regularização fundiária. A noção que as famílias tem de terra de uso comum ou de uso familiar podem entrar em conflito com os marcos regulatórios.

Além disso, é fundamental que o contexto e a historicidade dos grupos e estratégias de resistência, que muitas vezes ocorrem na invisibilidade, sejam bem compreendidos, tendo sempre atenção às formas próprias de organização social, evitando posicionamentos colonizadores dos mediadores, e tendo a compreensão das possibilidades e dos limites dos marcos jurídicos.



3.4 LIÇÕES APRENDIDAS

- A questão do acesso à terra é complexa e, na maioria das vezes, os resultados são muito demorados. A assessoria neste campo costuma ser processual, e poucas vezes apenas pontual.
- O planejamento coletivo e anterior sobre os usos e formas de ocupação futura do território em disputa é fundamental.
- Não se deve deixar de trabalhar com diretrizes que orientam o uso e ocupação, que depois poderão contribuir com a diminuição de conflitos entre as pessoas do próprio grupo;
- Importância dos intercâmbios e ações, no lugar de muitos discursos e palavras de ordem.
- Importância da mobilização dos guardiões da memória e dos saberes: a questão identitária remete para o levantamento de tradições, histórias, comemorações, jogos e brincadeiras que vão sendo esquecidas.
- Embora deva ser um foco central, as ações não devem se concentrar apenas na questão da terra: produção, economia, festejos, rezas, entre outras, são importantes. Um exemplo é o caso da luta pela RDS Nascentes Geraizeiras, onde a realização da Romaria ao Areião deu novo ânimo na luta, a partir da religiosidade da comunidade.
- A contribuição da antropologia, geografia e da etnoecologia em cruzamento com a agroecologia e economias apontam para compreensões mais apuradas da coletividade. O planejamento coletivo e anterior sobre os usos e formas de ocupação futura do território em disputa é fundamental.
- Promover ações específicas com o envolvimento dos jovens, mulheres, e dos guardiões e guardiãs – nas ações políticas, delimitação e autodemarcação do território, por exemplo, dando mais sustentação às lutas que são de médio a longo prazo.
- Ter disponibilidade de assessoria jurídica prévia facilita lidar com possíveis desdobramentos que possam tentar levar à criminalização das lideranças.
- Conhecer as interações que o grupo ou a comunidade já faz com outros agentes, institucionais ou não, abrindo possibilidade de inclusão destes agentes no âmbito da rede sociotécnica.
- Finalmente, o aprendizado que tivemos sobre as possibilidades de abrir espaços de intervenção nos municípios, seja acionando dos poderes públicos municipais, seja na construção de políticas específicas de proteção dos territórios onde vivem as comunidades.

3.5 SUSTENTABILIDADE DA EXPERIÊNCIA

Um dos principais fatores de sustentabilidade é a capacidade do grupo de planejar e atualizar as ações frente à dinâmica dos distintos contextos vivenciados. Assim, a formação e ação autônomas são elementos importantes a serem considerados no decorrer das atividades. Os limites e as dificuldades dos processos não devem ser negligenciados para que o grupo possa ir superando as barreiras que vão sendo interpostas. O conhecimento do território, suas potencialidades e limites ecossistêmicos devem ser conhecidos de forma compartilhada com antecedência, de forma a contemplar propostas de uso e ocupação que fortaleçam estes potenciais e minorem os limites.

Como desafios para a sustentabilidade vai estar a capacidade das organizações locais de continuarem promovendo ações e incidências visando o encaminhamento das propostas, bem como das organizações parceiras de continuarem contribuindo apoiando os desdobramentos junto aos grupos locais. Neste sentido é fundamental o desenvolvimento de ações em redes colaborativas facilitando conexões que uma ou outra organização ou institucionalidade desempenha melhor. Outro desafio para a sustentabilidade refere-se às orientações de políticas públicas direcionadas a estes grupos, entre estes o da regularização fundiária., o investimento em ações municipais e o reforço de ações junto aos conselhos e comissões.



3.6 REPLICAR E/OU ESCALAR

A conflitividade relacionada com o acesso e à gestão da terra está presente na maioria das regiões brasileiras e da América Latina. No entanto, as especificidades históricas, as trajetórias das comunidades e das famílias, a relação com a localidade, mudam com muita frequência de um lugar para o outro. Da mesma maneira mudam as origens das tensões e dos agentes que tencionam.

A experiência da Articulação Rosalino está assentada em um lugar de ocupação muito antiga, embora invisibilizada pela historiografia. Região que era dotada de dinâmicas produtivas e sociais próprias, exercidas com relativa autonomia, mas que foi subjugada pela força das políticas desenvolvimentistas e modernizadoras. A reação e as formas organizativas de resistência e ação têm relação com esta historicidade que deve ser contemplada.

Como exemplo claro, podemos citar o caso das comunidades caatingueiras e geraizeiras. As fronteiras identitárias demarcam também formas diferenciadas relacionadas com o uso e ocupação do território, bem como o impacto das políticas desenvolvimentistas sobre um e outro. Enquanto o foco da tensão sobre os geraizeiros foram a expropriação pelas grandes empresas ligadas ao setor siderúrgico florestal, sobre os caatingueiros o foco de tensão foram as políticas de expansão da monocultura do algodão que foram incorporadas pelos agroecossistemas familiares.

3.7 CONTRIBUIÇÃO PARA AMPLIAR A RESILIÊNCIA ÀS MUDANÇAS DO CLIMA

A principal contribuição da experiência na perspectiva de ampliar a resiliência às mudanças do clima está assentada no reconhecimento dos diferentes modos de vida desenvolvidos pelas comunidades, que salvaguardam um conhecimento profundo das potencialidades e limites ecossistêmicos e que, muitas vezes, levam a uma memória biocultural secular, ou até milenar. Este conhecimento é capaz de perceber mudanças sutis que podem estar, ou já vem ocorrendo na dinâmica dos ecossistemas e dos agroecossistemas.

As práticas relacionadas com o manejo da (agro)biodiversidade, com o agroextrativismo, dos ecossistemas e das águas associados aos agroecossistemas, podem contribuir com propostas capazes de ampliar a resiliência à degradação climática em curso. Outra contribuição, refere-se à possibilidade de se fazer gestão no âmbito do território da comunidade, que é sempre bem mais amplo do que as unidades produtivas familiares. É muito importante considerar uma escala de paisagem maior acerca do uso e ocupação dos ambientes para um planejamento, um exemplo claro está relacionado com a luta dos vereadores de Januária que, além do território específico das comunidades, seu enfrentamento está em uma escala de paisagem bem maior, que envolve uma área estimada em cerca de 250 mil há, segundo estudos mais recentes.

3.8 CONCLUSÕES

Com a sistematização foi possível dar relevo e analisar as estratégias de incidência técnica e política da Articulação Rosalino Gomes de Povos Tradicionais na luta que trava reconhecimento, proteção e regularização dos territórios de comunidades auto reconhecidas como xakriabá, quilombolas, geraizeiras, vereadeiras, quilombolas, vazanteiras, caatingueiras, apanhadoras de flores sempre-vivas e vacarianas. Analisamos o contexto socioeconômico e político de surgimento da Articulação Rosalino, e as formas como é acionado pelas comunidades o que é denominado de “direito na prática” e a incidência em marcos legais visando a regularização e gestão dos territórios das comunidades envolvidas com a articulação.

Vimos que os mecanismos de incidência técnica e política colocam em relevo a diversidade sociocultural associada ao campesinato regional, assentado em modos de vida que tem como principal vetor a convivência com os ecossistemas. A Articulação Rosalino é, atualmente, a expressão de alianças que vem sendo construídas



e que busca, através da unificação de suas lutas, o reconhecimento de suas diferenças culturais e ecológicas vinculadas à defesa de seus territórios.

As estratégias do “direito na prática” construídas pelas comunidades na luta pelos territórios estão assentadas no reconhecimento identitário e territorial das comunidades, no conhecimento dos direitos sociais e territoriais, e nas lutas concretas para efetivação destes direitos que passam por ações de autorreconhecimento e autodemarcação dos territórios, empates, retomadas e elaboração de planos de gestão territorial e ambiental, além do acionamento de marcos jurídicos que sejam mais adequados à regularização fundiária dos territórios.

Estas estratégias tem como suporte assessoria jurídica, técnica e científica promovidas por um conjunto de organizações e grupos de ensino, pesquisa e extensão que atuam no formato de rede sociotécnicas. E que o principal espaço de formação e de fortalecimento da resistência das comunidades está relacionada com os intercâmbios, encontros e conferências que são organizadas pelos grupos sociais que compõem a Articulação Rosalino.

4. DEPOIMENTOS

“Quando a articulação surge a gente também começa a entender que esse processo de luta ele é coletivo, então assim, já tem a coletividade no território, começa ter essa coletividade entre os povos, então assim a luta do outro é a minha luta e teve momentos em que essa unificação dos povos, esse olhar de ser tudo junto, esse apoio das lutas foi importante. Vou citar aqui alguns exemplos: num momento de apoio dum resultado do grupo de trabalho onde os apanhadores de flores solicitavam a recategorização do Parque Nacional das Sempre Vivas, ia ter a votação do pelo conselho do parque, a Articulação Rosalino foi em peso, isso teve um papel importante na decisão favorável de que era preciso fazer a recategorização do parque. Quando chega, você está num momento desse que você vê outros povos chegando para apoiar e que a luta não são deles, isso é muito importante e é onde que se faz a diferença. Num outro momento foi quando estava na luta para criar a RDS Nascentes Geraizeiras, no território dos Geraizeiros. Eles foram para Brasília para fazer greve de fome e de sede para que se fosse criada a RDS, só que eles não foram sozinhos, então assim, o governo, ele tinha que encarar ali naquele momento não eram só os geraizeiros, eram os oito povos. É assim, se um vai fazer greve de fome, vão todos fazer greve de fome e a Articulação ela ficou lá apoiando, dando seu apoio, fazendo o que fosse necessário até que fosse criado. Então assim, é a vitória dos oito povos, não é a vitória de um só, são oito povos com uma única voz.”

Maria de Fátima Alves, “Tatinha, apanhadora de flores sempre vivas e atua na coordenação da Comissão em Defesa dos direitos das Comunidades Extrativistas – CODECEX

5. FONTES

ANAYA, Felisa. “Vazanteiros em movimento”: o processo de ambientalização de suas lutas territoriais no contexto das políticas de modernização ecológica. *Ciência & Saúde Coletiva*. 2014; 19(10): 4041-4050.

_____. De “encurralados pelos parques” a “vazanteiros em movimento”: as reivindicações territoriais das comunidades vazanteiras de Pau Preto, Pau de Léguas e Quilombo da Lapinha no campo ambiental. 2012. Tese de doutorado. FAFICH, UFMG, Belo Horizonte.

ANAYA, Felisa; BARBOSA, Rômulo S.; SAMPAIO, Cristina. Sociedade e Biodiversidade na Mata Seca Mineira. *Unimontes Científica Revista da Universidade Estadual de Montes Claros*. V. 8, n. 1, jan/jun. 2006. Montes Claros: Unimontes, 2006.



- ANAYA, F. & DAYRELL, C.A. Traditionelle Völker in Aufstand in KoBra Brasilicum, Ausgabe 261 | Juni 2021pg. 21–23.
- ARAÚJO, Elisa Cotta de. Nas margens do São Francisco: sociodinâmicas ambientais, expropriação territorial e afirmação étnica do Quilombo da Lapinha e dos Vazanteiros do Pau de Léguas. Montes Claros, 2009.
- ARTICULAÇÃO ROSALINO DE POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS. Levantamento de conflitos ocorridos em Territórios de Povos e Comunidades Tradicionais de Minas Gerais: À Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão. Mesa de Diálogo e Negociação Permanente. Montes Claros-MG, agosto de 2017.
- BARBOSA, Rômulo Soares; SANTOS, Fabio Dias. Unidades de Conservação: conflitos sócio ambientais e o encerramento das populações locais no Norte de Minas. SOBER Rio Branco – Acre, 20 a 23 de julho de 2008.
- BASTO, Bruno Neris A firma, o território – uso comum e mobilização no sertão de Minas Gerais. Os povoados das veredas e dos gerais de Januária. Dissertação de Mestrado. UFRJ, Rio de Janeiro, 2014
- BRITO, Isabel Cristina de. Ecologismo dos gerais: conflitos socioambientais e comunidades tradicionais no Norte de Minas Gerais. 2013. Tese de Doutorado em Desenvolvimento Sustentável. Universidade de Brasília, Brasília.
- BRITO, Isabel Cristina Barbosa de. Comunidade, território e complexo florestal industrial: O caso de Vereda Funda, Norte de Minas Gerais. 2006. Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Social. Unimontes, Montes Claros.
- CAA-NM. Relatório da reunião da Comissão de Povos e Comunidades Tradicionais do Norte de Minas. De 08 a 09 de outubro de 2010.
- CAA-NM; ARTICULAÇÃO ROSALINO. Nota Técnica de Avaliação da Ocupação da Terra Indígena Tuxá, Município de Buritizeiro, Minas Gerais: A Conquista Da Terra dos Encantos. Montes Claros, 2017.
- CAMPOS, Leonardo Álvares da Silva. Saluzinho: luta e martírio de um bravo. Belo Horizonte: Editora D'Plácido, 2014.
- CASTELLS, Manoel. O Poder da Identidade. In: Paraísos comunais: Identidade e significado na
- CHAVES, Luiz Antônio. Saluzinho e a luta pela terra no Norte de Minas. In Revista Verde Grande, v.1, nº 3, dez/fev 2006. Montes Claros: UNIMONTES, p. 98-107, 2006.
- COMUNIDADE DE VEREDA FUNDA; STR DE RIO PARDO DE MINAS; CAA-NM. Projeto: Reconversão Agroextrativista da Monocultura de Eucalipto – Comunidade de Vereda Funda. RPM, outubro de 2004.
- CORDEIRO, Ângela. Relatório final da avaliação CAA-NM plano trienal 2014–2016: Agroecologia e Fortalecimento das Alianças entre os Povos e Comunidades Tradicionais Implementadas pelo Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas. Outubro de 2015.
- COSTA, João Batista de Almeida. Do tempo da fartura dos crioulos ao tempo de penúria dos morenos. Identidade através de rito em Brejo dos Crioulos- MG. 1999. Dissertação de Mestrado. Brasília: Departamento de Antropologia da UnB.
- COSTA, João Batista de Almeida; CANEDO, Karina Soares; GUIMARÃES, Lana; OLIVEIRA, Helena e PÁDUA, Alexandre Jorge. Os Guardiões das Veredas do Grande Sertão: A população tradicional veredeira do assentamento São Francisco e Gentio, o Parque Nacional Grande Sertão Veredas e o Inventário das Referências Culturais. Brasília: FUNATURA; IPHAN, 2005.
- COSTA FILHO, Aderval. Relatório: diagnóstico sobre as comunidades tradicionais das imediações e dentro do Parque Nacional das Sempre-Vivas – Municípios de Diamantina, Buenópolis, Olhos D'Água e Bocaiúva – MG. Belo Horizonte, 2014.
- DAYRELL, C.A Geraizeiros y Biodiversidad en el Norte de Minas Gerais: La contribución de la agroecología y de la etnoecología en los estudios de los agroecosistemas. Huelva: Universidad Internacional de Andalucía. 1998. Dissertação de Mestrado.
- DAYRELL, Carlos Alberto. De nativos e de caboclos: reconfiguração do poder de representação de comunidades que lutam pelo lugar. Tese de Doutorado – Desenvolvimento Social. PPGDS/UNIMONTES. Montes Claros: PPGDS, 2019. DAYRELL, Carlos Alberto; D'ANGELIS, João Silveira; COSTA FILHO, Aderval; RIBEIRO, Luciano Rezende. Diagnóstico de Estratégias Agroalimentares das Comunidades Quilombolas do Gurutuba. Em Relatório de Pesquisa Programa Biodiversidade Brasil / Itália: Manejo Sustentável da Agrobiodiversidade nos Biomas Cerrado e Caatinga. Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas. Montes Claros, 2006.
- DAYREL, Carlos A.; ROCHA, Deyvisson F. B.; FONSECA, Graziano L.; SOUZA, Aline S.; SOUZA, André A. Guerra surda nos Sertões de Minas Gerais. Montes Claros: CAA-NM.
- DAYRELL, C. A.; SOUZA, S. M. Redes Sócio-técnicas e Agricultura Sertaneja: novos enfoques em programa de ATER. Montes Claros, 2007.
- FAVERO, C. Expressões camponesas, disputas territoriais e saberes agroecológicos no vale do Jequitinhonha, Minas Gerais. In: Simpósio Nacional de Agroecologia: Práticas Agroecológicas, Soberania Alimentar e (In)Sustentabilidade na Amazônia – Mesa Redonda: Transformações e Permanências do Espaço Agrário Brasileiro em Tempos de Crise e Contradições. Tabatinga, AM, Agosto de 2013.
- FAVERO, C.; MONTEIRO, F. T. Da invisibilidade ao reconhecimento mundial in Vida e luta das comunidades apanhadoras de flores sempre-vivas em Minas Gerais / Claudenir Fávero, Fernanda Testa Monteiro, Maria Neudes Sousa de Oliveira (Editores). – 1. ed. – Diamantina: UFVJM, 2021.



- FAVERO, C. & MONTEIRO, F. T. Disputas territoriais no Vale do Jequitinhonha: uma leitura pelas transformações nas paisagens. Revista Agriculturas, v. 11, nº 3, outubro de 2014.
- HARVEY, David. Condição Pós-Moderna. 14ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2005.
- JACOMINE, P. K. T. et al. Levantamento exploratório; reconhecimento de solos do Norte de Minas – área de atuação da SUDENE. Recife: EMBRAPA; SUDENE, 1979.
- LUZ DE OLIVEIRA, C. Fluidez, nomadismo e impermanências: reflexões sobre território e territorialidade entre os vazanteiros do médio São Francisco. In: O Viver em Ilhas. BRANDÃO, Carlos Rodrigues e SOUZA, Ângela Fagna Gomes de (Org.). 1ªed., v. 1, p. 85-100. Uberlândia: EDUFU, 2013.
- LUZ DE OLIVEIRA, Cláudia. Populações tradicionais e territorialidade: os vazanteiros do Rio São Francisco no Norte de Minas. 2005. Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte: UFMG / FAFICH.
- LUZ DE OLIVEIRA, Cláudia; DAYRELL, Carlos. Cerrado e Desenvolvimento: tradição e atualidade. Montes Claros; Brasília: CAA-NM, Rede Cerrado, 2000.
- MAZZETTO SILVA, Carlos Eduardo. O cerrado em disputa: apropriação global e resistências locais. Brasília: Confea, 2009.
- _____. Os Cerrados e a sustentabilidade: territorialidades em tensão. 2006a. Tese de Doutorado. Niterói: UFF.
- _____. Cerrados e Camponeses no Norte de Minas: um estudo sobre a sustentabilidade dos ecossistemas e das populações sertanejas. 1999. Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte: UFMG / IGC.
- MONTEIRO, F. T.; FÁVERO, C. A luta dos (as) apanhadores (as) de flores sempre-vivas frente à expropriação territorial provocada por unidades de conservação de proteção integral da natureza. Rio de Janeiro: Revista Agriculturas, v. 8, p. 33-37, 2011.
- MONTEIRO, F. T. Os (as) apanhadores (as) de flores e o Parque Nacional das Sempre-vivas (MG): travessias e contradições ambientais. 2011. Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte: UFMG.
- MOREIRA, Hugo Fonseca. “Se for pra morrer de fome, eu prefiro morrer de tiro”: o Norte de Minas e a formação de lideranças rurais. 2010. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: UFRJ, ICHS.
- NIISA. Reunião da Articulação Rosalino de Povos e Comunidades Tradicionais do Norte de Minas. FETAEMG de Montes Claro, 21 de Agosto de 2015.
- NOGUEIRA, Mônica Celeida R. Os Gerais a Dentro e a Fora: Identidade e Territorialidade entre os Geraizeiros no Norte de Minas Gerais. 2009. Tese de Doutorado. UNB.
- OLIVEIRA, Moisés Dias de. Autodefinição identitária e territorial entre os geraizeiros do Norte de Minas Gerais: o caso da Comunidade Sobrado. 2017. Dissertação de Mestrado em
- PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. De Saberes e de territórios: diversidade e emancipação a partir da experiência Latino-americana in Geografia e giro descolonial: experiências, ideias e horizontes de renovação do pensamento crítico. Organização Valter do Carmo Cruz, Denilson Araújo de Oliveira. 1ª ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, p. 37 – 56, 2017.
- REDE CERRADO. IV Encontro e feira dos Povos do Cerrado e grito do cerrado. Montes Claros, 2005.
- SANTILLI, Juliana. Agrobiodiversidade e Direito dos Agricultores. São Paulo: Peirópolis, 2009.
- SANTILLI, Juliana. Socioambientalismo e novos direitos: proteção jurídica à diversidade biológica e cultural. São Paulo; Brasília: Peirópolis; Instituto Socioambiental e Instituto Internacional de Educação do Brasil, 2005.
- SANTOS, Sônia Nicolau dos. À procura da terra perdida: para uma reconstituição do conflito de Cachoeirinha. 1985. Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte: UFMG / FAFICH.
- SILVA, C. E. M. RELATÓRIO DE CARACTERIZAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA DAS COMUNIDADES DA ÁREA DO AREIÃO E VALE DO GUARÁ – MUNICÍPIOS DE RIO PARDO DE MINAS, VARGEM GRANDE DO RIO PARDO E MONTEZUMA/MG. Belo Horizonte, 2007
- THÉ, A. P. G. Conhecimento Ecológico, Regras de Uso e Manejo Local dos Recursos Naturais na Pesca do Alto-Médio São Francisco – MG. 2003. Tese de Doutorado. São Carlos: UFSCar.
- THÉ, A. P. G.; ARAÚJO, E. C. de; ANAYA, F.; DAYRELL, C. A.; OLIVEIRA, C. L. de; RIBEIRO, L. M. e ACYPRESTE, I. P. Relatório antropológico comunidades quilombolas do território do Itapiraçaba. Montes Claros: Unimontes / NIISA, 2018.



O **Projeto DAKI – Semiárido Vivo** é uma iniciativa de Gestão do Conhecimento e Cooperação Sul-Sul entre regiões semi-áridas da América Latina, com foco na ampliação da resiliência dos povos e comunidades dos semiáridos aos efeitos das mudanças do clima. Centrado nas regiões do Grande Chaco Americano (Argentina), Corredor Seco da América Central (El Salvador) e Semiárido Brasileiro, o projeto atua identificando conhecimentos acumulados em experiências de agricultura resiliente ao clima, para criar pontes e intercâmbios entre boas práticas e seus protagonistas, e desenvolver capacidades técnicas através de processos de formação. A ação é financiada pelo Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA), coordenada por duas redes da sociedade civil – Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA) e a Plataforma Semiáridos da América Latina –, e executada por um consórcio de organizações sociais: AP1MC (Semiárido Brasileiro), FUNDAPAZ (Argentina) e FUNDE (El Salvador).

A sistematização de experiências é um dos componentes do projeto DAKI-Semiárido Vivo, que tem como objetivos identificar, organizar, dar visibilidade e compartilhar aprendizagens sobre experiências e boas práticas sustentáveis e mais resilientes às mudanças climáticas, nas três regiões de atuação do projeto. Respeitando a riqueza de contextos, atores, natureza e modos de vida que compõem os semiáridos, os processos de sistematização se deram de modo articulado e heterogêneo, partindo da diversidade dos territórios para a interseção proposta pelo DAKI-Semiárido Vivo. Nesse sentido, cada região desenvolveu metodologias e processos de sistematização próprios, que seguiram critérios e categorias comuns, adaptados aos contextos locais. Estes processos seguiram as seguintes etapas: levantamento e identificação de experiências; sistematização em profundidade; produção de materiais e intercâmbios de conhecimento. Este material é resultado do processo de sistematização em profundidade, que gerou a Coleção de Experiências DAKI-Semiárido Vivo e com seus respectivos Cadernos de Casos.

No Caderno de Casos do Semiárido Brasileiro, o processo seguiu uma lógica de enraizamento territorial, na qual foram definidos 5 territórios prioritários para desenvolvimento dos processos de sistematização: Serra da Capivara no Piauí, Sertão do São Francisco na Bahia, Alto Sertão Sergipano, Chapada do Apodi no Rio Grande do Norte e Norte de Minas Gerais. Estes processos foram liderados por organizações de referência em cada um dos territórios, fortalecendo os arranjos territoriais e conhecimentos locais. Foram identificadas, selecionadas e sistematizadas 25 experiências (5 em cada território). As metodologias de sistematização seguiram diferentes caminhos e processos participativos, realizados pelas organizações responsáveis: Rio da Vida, visitas de campo, grupo focal, análise FOFA, dentre outras práticas que permitiram a participação e análise dos protagonistas sobre os processos vividos.

PUBLICAÇÃO

Metodologia, Elaboração e Texto

Centre de Agricultura Alternativa do Norte de Minas (CAA)

Edição e Revisão

Esther Martins

Projeto Gráfico

André Ramos [AR Design]

EQUIPE PROJETO DAKI-SEMIÁRIDO VIVO

Coordenação Geral e Coordenação Semiárido Brasileiro

Antonio Barbosa

Coordenação Grande Chaco Americano

Gabriel Seghezze

Coordenação Corredor Seco da América Central

Ismael Merlos

Gerência de Sistematização de Experiências

Esther Martins

Gerência de Formação

Rodica Weitzman

Gerência de Monitoramento e Avaliação

Eddie Ramirez

Gerência de Comunicação

Verônica Pragana

Acompanhamento técnico, metodológico e de produção de conteúdo

Júlia Rosas e Maitê Maronhas

Apoio Administrativo

Maitê Queiroz

Equipe de Monitoramento e Avaliação

Aníbal Hernandez e Daniela Silva

Equipe de Comunicação

Daniela Savid, Florencia Zampar e Nathalie Trabanino

Metodologia, elaboração e texto



Proyecto ejecutado por



Financiado por



Investindo nas populações rurais